

Ecologia na perspectiva dos trabalhadores

Ag. Fobus



A crise ambiental atinge um nível sem precedentes na história da humanidade. Mas não basta apontar responsáveis indiferenciados. A politização da luta ecológica é uma necessidade para solucionar o problema fundamental: a apropriação privada da natureza.

Maurício Waldman

Inicialmente, há uma questão aparentemente simples, mas decisivamente complexa: quem, afinal de contas, destrói o meio ambiente? Seria o "instinto predatório" da espécie humana? Responsabilizaríamos a "atividade industrial"? Ou seria, então, uma exclusiva responsabilidade do "homem"? Tais pontos de vista, trabalhados sistematicamente no âmbito educacional (em especial pela geografia dita "didática"), pela comunicação de massa (ao estilo do *Globo Repórter*), determinaram um "senso-comum" de nitida carga ideológica, já que mascararam as causas reais do processo de depredação do meio natural.

Ora, é uma descomunal cegueira política falar em desequilíbrio ambiental apontando-se responsáveis tão indiferenciados quanto "atividade industrial", "homem" etc. De que "homem" ou "atividade industrial" estamos, enfim, falando? Em uma sociedade dividida em classes como a nossa este "homem" estaria identificado com o proprietário dos

meios de produção ou com o trabalhador em tese "livre e assalariado"? Em outras palavras: em uma companhia de celulose que devasta a floresta, colocaríamos em um mesmo plano o proprietário e o trabalhador, ou seria necessário fazer um "corte social" para melhor identificar o problema?

Esta questão parece bem respondida por Carlos Walter Porto Gonçalves, em "Notas para uma interpretação não-ecologista do problema ecológico" (*Anais do 4.º Encontro Nacional de Geógrafos*, julho de 1980). Diz ele: "É preciso ir além daquela formulação tão em voga nos movimentos ecológicos de que os homens estão destruindo a natureza", já que "se um trabalhador opera uma serra elétrica que derruba milhares de árvores em algumas horas, não se pode responsabilizá-lo por esse ato sem que enfoquemos as relações sociais sob as quais vive". Assim, é necessário recordar que vivemos em um regime regido por uma divisão social do trabalho onde a uns cabem as decisões e a outros, o cumprimento de diretrizes previamente tra-

çadas. O caráter privado da propriedade no regime capitalista determina uma apropriação privada da natureza, seja em escala local, nacional ou mesmo mundial, dado o caráter de internacionalização do capitalismo.

Novo enfoque

Isso posto, podemos redimensionar a discussão ecológica: não mais se trataria de uma luta "poética" ou simplesmente preservacionista, mas de uma luta política, econômica, social e ideológica, pois é cada vez mais difícil analisar o problema sem envolver direta ou indiretamente a questão da forma de apropriação da natureza. A partir do momento em que o capitalismo tornou-se hegemônico, o que está em discussão é se a natureza deverá ou não continuar nas mãos do proprietário (mascarado pelo "homem"), ou então haver uma reformulação geral na relação homem/natureza. Como afirma Ruy Moreira, "separada dos meios de produção

e, por conseguinte, do produto do seu trabalho, a massa de trabalhadores protesta contra o ar e a água poluídos, o absurdo dos descartáveis amontoados nas lixeiras, o enguiço freqüente dos eletrodomésticos comprados a prestação, o aluguel e o preço especulativo da terra, o desperdício dos alimentos pelas classes abastadas (...) a classe trabalhadora inconscientemente ou não, reage contra o uso do seu trabalho e da natureza que fazem os que dela se apropriam" ("Geografia, ecologia, ideologia: a totalidade homem-meio (espaço e processo de trabalho)" in *Geografia: Teoria e Crítica*, Vozes, 1982).

Ora, esta releitura da questão ecológica, preocupada com a ótica dos trabalhadores, não é absolutamente recente. Pode-se resgatar muitos pressupostos assinalados por Marx e Engels. Esta questão está, por exemplo, na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, em que Engels denuncia o barulho, a água infectada, as casas insalubres como fatores degradados do meio ambiente que atingiam a classe operária da época. O silêncio histórico que pesou sobre esta questão encontra sua justificativa no fato de a classe operária ter sido por muito tempo a vítima exclusiva da degradação ambiental. Apenas na atualidade, quando a "crise ecológica" atinge vastos segmentos da pequena-burguesia (principalmente a classe média) e a degradação crescente impede o ocultamento da discussão, é que ela passa a ganhar espaço nos meios de comunicação, promovendo inclusive, dada a sua popularidade, o surgimento de determinada literatura especializada.

A queda da chamada "qualidade de vida" torna-se um assunto do dia-a-dia, daí a preocupação pelo mascaramento do problema, ou ainda, para a indignação de muitos, adota-se uma série de estratégias pelas quais o sistema instrumentaliza o problema a seu favor (é o caso das imobiliárias — grandes responsáveis por desmatamentos — que fazem propaganda do "verde" após destruí-lo). Na lógica do capitalismo, é necessário destruir a natureza para então transformá-la em mercadoria.

Luta democrática

Assim, a luta ecológica ganha outro contorno, muito diferente do enfoque do "ecologismo" (visão a-classista do problema), que inclusive foi incorporado sem grandes dificuldades pela ideologia dominante. Posicionando a discussão nos marcos de uma visão classista, a luta ecológica transforma-se em uma grande bandeira democrática, que pode aglutinar vastos setores sociais preocupados com a devastação acelerada do planeta. Ainda que muitos não percebam ela é, também, uma luta potencialmente socialista ao negar um sistema historicamente negador da vida. Afinal, não há nada mais anti-capitalista do que promover a vida.

Estas ponderações são politicamente importantes: para muitos "marxistas", o Terceiro Mundo não constituiria uma região "apropriada" para preocupações ambientais. Existiriam "lutas gerais", "causas mais importantes" para as quais os progressistas deveriam reservar suas energias, sem desperdiçá-las com "problemas menores". O grande equívoco destas correntes de esquerda parece residir em uma leitura superficial do próprio marxismo, através da qual passa-se a fazer uma verdadeira apologia do "desenvolvimento das forças produtivas" promovida pelo capitalismo, esquecendo-se que se elas representam uma condição para o surgimento de formas mais avançadas de produção, isto não significa que o relacionamento homem/natureza deva continuar a ser realizado como antes.

Estes mesmos "marxistas" esquecem-se que avançar dialeticamente significa um salto não apenas quantitativo mas também qualitativo, ou seja, é preciso reformular, repensar toda a relação homem/natureza quando sugerimos a hipótese de um desenvolvimento histórico calcado na transformação das relações sociais de produção, do ordenamento do poder etc. Ademais, Marx e Engels também nestes pontos deixaram análises claras e inequívocas de preocupação profunda com a degradação ambiental, particularmente em *A dialética da natureza* (Paz e Terra, 1979, pp. 223 a 227).

Destruição exportada

O que foi colocado não pressupõe que a luta ecológica deva ser travada através do princípio exclusivo do pensamento progressista. Em muitos momentos, ela incorpora projetos políticos de "gerenciamento do capitalismo", pelos quais o capital privado predra e polui, ficando o poder público encarregado de "recuperar a natureza", como no famoso caso do rio Tâmsa, na Inglaterra.

Preocupações ambientalistas de movimentos ecológicos europeus estão na raiz de alguns dos graves problemas ecológicos enfrentados pelo Terceiro Mundo. É o caso de indústrias altamente poluidoras dos países centrais, que, pressionadas por ações populares ou acoissadas por uma rígida legislação de preservação do meio ambiente, optam pela transposição dos seus equipamentos (poluidores) para os países periféricos, onde uma legislação mais "liberal" (inclusive quanto às normas de segurança) garante seu "pleno" funcionamento, às vezes com resultados catastróficos (basta lembrar Cubatão e Bhopal, na Índia).

A realidade, no entanto, se impõe ou terminará por se impor aos movimentos ecológicos do Terceiro Mundo. Na periferia do mundo capitalista, a lógica das soluções "gerenciais" encontrará, cedo ou tarde, seus limites objetivos, seja na escassez de recursos financeiros (por exemplo, a trágica questão

da dívida externa dos países subdesenvolvidos), seja pelo próprio caráter dependente e associado dos capitalisms "nacionais" destes países, o que determina uma orientação econômica fixada de acordo com os interesses das áreas centrais. É evidente que a luta ecológica, nos quadros da periferia do mundo capitalista, levada às últimas consequências, pressupõe um confronto com o imperialismo, como no caso das patentes de sementes por firmas multinacionais, que estão se apropriando do vasto patrimônio genético do Terceiro Mundo (ver "Patenteamento de sementes: uma lição da história" in *Política e meio ambiente*, Mercado Aberto/Fundação Wilson Pinheiro, 1986).

A questão do imperialismo, "etapa superior do capitalismo", esclarece ainda mais a necessidade de um debate ecológico inserido no pensamento progressista, pois a ele reportam as causas maiores do profundo desequilíbrio ecológico que caracteriza o Terceiro Mundo na atualidade.

Consciência ecológica

Mas não parece suficiente quebrar os vínculos de dominação com os países centrais, ou então, falar em uma natureza reapropriada pelos seus mais legítimos possuidores. Nisto reside a importância do pensamento ecológico, no sentido de criar uma consciência mais avançada na relação do homem (sem aspas) com o seu meio.

Romper com o domínio do capital não é garantia por si mesma de que a crise ecológica cessará, que toda tecnologia herdada do capitalismo deixará de poluir, devastar, depredar. Formas bem mais primitivas de produção foram responsáveis pelo extermínio de um número incontável de espécies vegetais e animais e modelaram profundamente vastas paisagens. Vale lembrar as tribos primitivas da Nova Zelândia que exterminaram o Moa, uma magnífica ave da Oceania. Os romanos liquidaram com os leões da África do Norte, capturados para abastecer o circo de espetáculos. Não é de outra forma que muitos especialistas explicam o processo de surgimento do cerrado brasileiro, de provável origem humana. Numa escala muito mais ampliada, grandes empresas estão devastando as florestas equatoriais do Gabão, de Kalimantan (Indonésia) ou da Amazônia brasileira.

A burguesia criou uma mística de "progresso material" que resulta nas condições para um desastre ecológico de dimensões incalculáveis. Quebrar esta mística e rever os valores que incorporamos consciente ou inconscientemente é muito mais do que uma utopia poética: é uma necessidade real.

Maurício Waldman é sociólogo e estudante de Geografia na USP. Autor de *Doze estudos em geografia crítica* (arquivo da Biblioteca Nacional/Fundação Pró-Memória).